

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização 27.03.2024

Legislação Federal	
Legislação	Ementa/Artigo
<u>Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024</u>	Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.
<u>Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024</u>	Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020
<u>Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024</u>	Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
<u>Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022</u>	Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.
<u>Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023</u>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Decreto nº 11.473, de 06 de abril de 2023</u>	Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
<u>Decreto nº 10.064, de 14 de outubro de 2019</u>	Institui o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes.
<u>Lei nº 13.812, de 12 de março de 2019</u>	Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
<u>Lei nº 13.845, de 18 de junho de 2019</u>	Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
<u>Lei nº 13.824, de 09 de maio de 2019</u>	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares
<u>Lei nº 13.798, de 03 de janeiro de 2019</u>	Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
<u>Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018</u>	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018</u>	Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
<u>Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017</u>	Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
<u>Lei nº 13.441, de 08 de maio de 2017</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Lei nº 13.440, de 08 de maio de 2017</u>	Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente .
<u>Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.
<u>Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.
<u>Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017</u>	Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
<u>Lei nº 13.306, de 04 de julho de 2016</u>	Altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - estatuto da criança e do adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.
<u>Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.
<u>Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016</u>	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
<u>Lei nº 12.962, de 08 de abril de 2014</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.
<u>Lei nº 12.955, de 05 de fevereiro de 2014</u>	Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.
<u>Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012</u>	Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
<u>Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012</u>	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
<u>Lei nº 12.415, de 09 de junho de 2011</u>	Acrescenta parágrafo único ao art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010</u>	Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
<u>Lei nº 12.038, de 01 de outubro de 2009</u>	Altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres que reiteradamente hospede crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização.
<u>Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009</u>	Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
<u>Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008</u>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Legislação Estadual

Legislação	Ementa/Artigo
<u>Lei nº 8.529, de 17 de setembro de 2019</u>	Dispõe sobre a criação de local para atendimento prioritário de crianças e adolescentes vítimas de violência para realização de exame de corpo de delito.
<u>Lei nº 8.512, de 04 de setembro de 2019</u>	Altera a lei 2.472, de 7 de dezembro de 1995, a qual garante o livre acesso, nas enfermarias para crianças nos hospitais do estado do rio de janeiro, da mãe ou responsável pelo menor ali internado, para estender o livre acesso ao responsável por crianças e adolescentes que estejam sendo atendidos nas urgências e emergências dos hospitais públicos e privados, localizados no âmbito do rio de janeiro.

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Lei nº 8.503, de 30 de agosto de 2019</u>	Garante às mães de crianças e adolescentes desaparecidos, o acesso rápido e fácil às informações relativas ao andamento de processos em trâmite na delegacia de descobertas de paradeiro – DDPA
<u>Lei nº 8.227, de 10 de dezembro de 2018</u>	Altera a lei nº 3.499, de 8 de dezembro de 2000, que cria o programa “um lar para mim”, institui o auxílio adoção para o servidor público estadual que acolher criança ou adolescente órfão ou abandonado, e dá outras providências.
<u>Lei nº 8.437, de 03 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre o direito de os pais ou responsáveis terem ciência do processo pedagógico e participarem da definição de propostas educacionais, em consonância com o parágrafo único do art. 53, da lei nº 8.069/1990 e do art. 307 da constituição estadual do rio de janeiro.
<u>Lei nº 8.089, de 28 de agosto de 2018</u>	Institui a delegacia especializada de repressão à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do rio de janeiro.
<u>Lei nº 8.502, de 17 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes nas instituições que atendem a crianças e adolescentes no âmbito do estado do rio de janeiro, informando sobre a obrigatoriedade prevista pela lei federal 13.046/14, de manutenção de profissionais capacitados para reconhecer suspeitas e/ou casos de maus tratos contra crianças e adolescentes.
<u>Lei nº 7.829, de 02 de janeiro de 2018</u>	Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde, nas ocorrências de embriaguez ou uso de drogas por criança ou adolescente.
<u>Lei nº 7.754, de 20 de outubro de 2017</u>	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do estatuto da criança e do adolescente (eca) nas escolas públicas e particulares de ensino do estado do rio de janeiro.
<u>Lei nº 7.550, de 10 de abril de 2017</u>	Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a criança e o adolescente, na forma que especifica.
<u>Lei nº 7.442, de 05 de outubro de 2016</u>	Institui o alerta emergencial para recuperação rápida de crianças e adolescentes desaparecidos no âmbito do estado do rio de janeiro.
<u>Lei nº 7.149, de 17 de dezembro de 2015</u>	Cria o programa de apadrinhamento afetivo “um lar para todos” no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras disposições.
<u>Lei nº 6.742, de 08 de abril de 2014</u>	Dispõe sobre a política de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no estado do rio de janeiro.

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<u>Lei nº 6.737, de 01 de abril de 2014</u>	Cria o cadastro estadual de crianças desaparecidas.
<u>Lei nº 6.637, de 18 de dezembro de 2013</u>	Fica o poder executivo autorizado a adotar medidas, no âmbito do estado do rio de janeiro, para que todos os hospitais, postos de saúde, clínicas, consultórios médicos da rede pública e particular disponibilizem, para consulta, em local visível e de fácil acesso, um estatuto da criança e do adolescente e um estatuto do idoso.
<u>Lei nº 6.472, de 13 de junho de 2013</u>	Institui o programa estadual de proteção da criança e do adolescente inseridos nas chamadas "escolinhas de futebol" e atletas das divisões de base do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.449, de 13 de maio de 2013</u>	Altera a lei nº 3.618, de 19 de julho de 2001, que torna obrigatória a fixação de fotos de crianças desaparecidas em rodoviárias, aeroportos, teatros, estádios de futebol, clubes recreativos e casas de espetáculos, cinemas e similares, e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.440, de 29 de abril de 2013</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas do estado do rio de janeiro, informando sobre a proibição da venda, à criança ou ao adolescente, de bilhetes lotéricos e equivalentes e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.437, de 15 de abril de 2013</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria estadual de saúde, informar ao juizado da infância, da juventude, e do idoso, ocorrência que envolva criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos.
<u>Lei nº 6.381, de 09 de janeiro de 2013</u>	Obriga as instituições de ensino do estado do rio de janeiro a solicitar à mãe de criança ou adolescente que não possua paternidade estabelecida, de forma confidencial e sigilosa, os dados do suposto pai, e informá-la sobre os trâmites jurídicos para o reconhecimento da paternidade
<u>Lei nº 6.038, de 13 de setembro de 2011</u>	Cria a delegacia especial da criança e do adolescente desaparecidos.
<u>Lei nº 5.973, de 13 de maio de 2011</u>	Cria a delegacia especial de atendimento à criança e ao adolescente vitimizados.
<u>Lei nº 5.837, de 28 de outubro de 2010</u>	Dispõe sobre a fixação de aviso nos hospitais informando o direito do pai, mãe ou responsável permanecer com seu filho, em caso de

Direitos da Criança e do Adolescente

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

	internação hospitalar, conforme preconiza o estatuto da criança e do adolescente.
<u>Lei nº 5.824, de 20 de setembro de 2010</u>	ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 4725, DE 15 DE MARÇO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
<u>Lei nº 4.587, de 05 de setembro de 2005</u>	Dispõe sobre a aplicação do teste de hiv no adolescente infrator e dá outras providências
<u>Lei nº 3.332, de 29 de dezembro de 1999</u>	Autoriza o poder executivo a criar casas-lar destinadas a acolher crianças e idosos carentes em todo o estado, e dá outras providências
<u>Lei nº 3.165, de 12 de janeiro de 1999</u>	Cria o programa estadual de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco
<u>Lei nº 2.932, de 06 de maio de 1998</u>	Autoriza o poder executivo a criar o programa que menciona e dá outras providências.
<u>Lei nº 2.718, de 24 de abril de 1997</u>	Dispõe a respeito da reserva de lugares nos trens da companhia fluminense de trens urbanos - flumitrens para deficientes físicos, idosos, gestantes e mulheres acompanhadas de crianças até 05 (cinco) anos de idade.
<u>Lei nº 2.157, de 13 de setembro de 1993</u>	Dispõe sobre prioridades de atendimento em agências bancárias para as pessoas que menciona e dá outras providências.
<u>Lei nº 1.922, de 19 de dezembro de 1991</u>	Torna obrigatória a prioridade no atendimento às pessoas portadoras de deficiências, crianças, gestantes e sexagenários, nos serviços de assistência médica ambulatorial e de pronto atendimento da rede pública de saúde e conveniados.
<u>Lei nº 1.805, de 27 de março de 1991</u>	Torna obrigatória a preferência assistencial aos menores, sexagenários e deficientes em caso de calamidade pública ou perigo iminente.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Direitos da Criança e do Adolescente

[Portal do Conhecimento](#) / [Legislação](#) / [Legislação Seleccionada](#) / [Legislação por Assunto](#)

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br